Economistas insistem na redução do déficit

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A suspensão do pagamento de juros da dívida externa deve ser complementada com medidas internas visando a manutenção do crescimento econômico e redução de déficit público, sem recrudescimento da recessão. A opinião é de especialistas do Conselho Regional de Economia, que defendem a utilização de parte dos recursos disponíveis pelo governo no resgate de títulos públicos sendo o restante, revertido em investimentos nas estatais.

Considerando a postergação do pagamento de juros, forma de obter espaço político e margem para condução de política econômica, os especialistas acreditam, no entanto, que a medida se constitui em situação de fato — por não ter condições de pagar — e não em atitude soberana. As pressões do balanço de pagamentos diminuíram, mas, seria imprescindível processo ativo de realinhamento de preços, para estabilizar a inflação ao nível de 6%, explicitando política efetiva de rendas. Além disso, os investimentos em estatais compensariam a queda esperada no investimento privado. Como estas medidas não recessivas podem pressionar o déficit público, os economistas alertam a necessidade de uma revisão na política de incentivos e subsídios, eficiência na máquina fiscal e uso de recursos do Fundo Na-

cional de Desenvolvimento provenientes das medidas do Cruzado II para pagamento da dívida interna.

A defesa da sustentação de política firme e não recessiva vai de encontro às perspectivas pessimistas para os próximos meses. Segundo os especialistas, espera-se, para fevereiro, um índice inflacionário em torno de 20%, com a tendência explosiva de inflação refletindo-se nas taxas de juro que, por sua vez, inviabilizam investimentos e o capital de giro das empresas. Os sinais de desaceleração econômica, entretanto, já são constatados. Dados da FIBGE, mostram que a produção industrial em dezembro de 86 foi 19,6% menor do que a do mês anterior. A queda da produção, excluindo fatores sazonais, foi da ordem de 3,8%, com tendência acentuada de novas quedas das vendas no varejo.

O ritmo de crescimento de emprego declinou desde setembro de 86 e, apenas em dezembro, conforme o Ministério do Trabalho, deixaram de ser criados 163 mil postos de trabalho. A FIBGE informa, ainda, que a evolução do salário na indústria paulista ficou em 5% em termos reais, resultado inferior ao observado de janeiro a março de 86, antes do cruzado.

Um choque ortodoxo, recessivo, ou o recongelamento de preços ainda em período tempestuoso da crise atual são atitudes desfavoráveis em termos de sustentação popular.